

# DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA: O CASO DO SUBINDO A LADEIRA

Letícia Helen Silva Teles<sup>1</sup>  
Regina Célia Gonçalves<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer uma explanação sobre a experiência realizada no decorrer do ano de 2015 no Projeto Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História (Varadouro/João Pessoa-PB). O mesmo é realizado na comunidade do Porto do Capim (incluindo Vila Nassau, Frei Vital e Curtume), desde o ano de 2011, através do Programa de Bolsas de Extensão da UFPB (PROBEX). Os moradores que habitam a comunidade há mais de setenta anos – mantendo sua tradição ancestral, perpetuando seus costumes e fortalecendo sua ligação com o rio e com o mangue – encontram, nesse território, o palco para preservação dos seus bens culturais, bens estes que se defrontam cotidianamente com ameaças por parte de políticas públicas higienistas que preveem a remoção da comunidade e a utilização da área voltada para o turismo de mercado. As ações do Subindo a Ladeira, destinadas para crianças com faixa etária dos 7 aos 14 anos, são centradas na educação patrimonial e no ensino de História da Paraíba através da linguagem artística, visando fortalecer uma perspectiva cidadã e o reconhecimento por parte delas (e, por extensão, de toda a comunidade) de sua posição intrínseca de protagonista da História. A educação, entendida aqui a partir dos conceitos freirianos de transformação do mundo e de cidadania, está diretamente ligada à percepção de patrimônio imaterial que encontra, na experiência cotidiana e na história vivida, suas bases de sustentação, tornando evidente que a construção humana e histórica também se traduz imaterialmente através dos laços comunitários que se fortalecem por intermédio da memória coletiva, e das heranças culturais e tradicionais que sobrevivem e se fortalecem com o passar do tempo.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial. Ensino de História. Memória. Cultura

## INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é propor, por meio de reflexões e descrições, o acesso de diversos segmentos da sociedade civil as atividades do *Projeto Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História* (Varadouro/João Pessoa-PB).

As duas primeiras partes – “Políticas de Patrimonialização” e “História, Memória, Identidade Cultural e Educação Patrimonial” – são voltadas para a explanação dos debates teóricos e práticos que envolvem estes conceitos. A partir dessa argumentação conceitual, os processos singulares (que, evidentemente, estão inseridos nessa realidade mais ampla) do Porto do Capim são destacados em “História e Resistência da Comunidade do Porto do Capim”, seguido das descrições sobre “O Subindo a Ladeira” e sua execução na comunidade.

Dessa forma, apresenta-se aqui, porque o referido projeto é necessário e como o mesmo tem contribuído para o fortalecimento da memória e da história, bem como para os processos identitários de luta, de autoreconhecimento, e de emancipação da comunidade do Porto do Capim.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de História da UFPB. Coordenadora do Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História no Varadouro (João Pessoa-PB) - PROBEX (UFPB).

## POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

A preocupação com a criação de uma “identidade nacional” e da descoberta do que é “ser brasileiro” fez com que, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) fosse implementado. A instituição, infelizmente, “acabou por privilegiar a proteção de monumentos que reafirmavam os poderes das classes dominantes, preservando a história e a memória da elite” (GONÇALVES, 2014, p.130). Desde então, as políticas de patrimonialização passaram por diversas fases, todas, alguns conceitos estão costumeiramente arraigados em suas práticas.

Como, por exemplo, o de gentrificação, que se mostra no “deslocamento de residentes e usuários com menor poder econômico de uma dada rua, mancha urbana ou bairro para outro local, em contrapartida da entrada de residentes e usuários com maior poder econômico.” (BRAGA; MORAES, s/d, p.3)

Os conceitos de História e de cultura bem como os seus usos, foram, ao longo dos anos, utilizados, de diversas formas, pelas classes dominantes para a manutenção de seus interesses e de sua suposta “legitimidade”. Nas políticas patrimoniais torna-se evidente a apropriação desses conceitos como ferramentas para o lucro e o desenvolvimento do mercado consumidor, bem como o estabelecimento de uma ligação entre esse tipo de política e o capital, que “coloca os bens culturais predominantemente enquanto suportes para uma economia da cultura, mesmo que coexistam outros valores embutidos” (GONÇALVES, 2014, p.137):

No contexto das políticas de revitalização<sup>3</sup>, cultura aparece como o elemento responsável por conduzir o foco das ações políticas, porém as apropriações são feitas com diferentes sentidos e significados. Para os órgãos de preservação, “cultura” é normalmente utilizada como sinônimo de produção artística, festiva ou ritualística. Já os órgãos de desenvolvimento econômico e de turismo fazem a apreensão de tais elementos culturais incorporando a essa produção o sentido de “produto cultural”; ou seja, agregam ao valor cultural um valor de mercadoria passível de ser consumida. [...] Ao tratar “cultura” como produto, seleciona-se também qual é o público que terá acesso aos bens culturais mercadorizados; nesse aspecto, os patrimônios culturais nacionais deixam de ser públicos, sua acessibilidade passa a ser restrita. (GONÇALVES, 2014, p.140/141)

A logística dessas políticas “preservacionistas” objetiva fazer novos usos dos espaços, à sombra de um discurso de “abandono”, passa pelo processo de espetacularização, e transforma o valor histórico dos mesmos em desenvolvimento voltado para o turismo de mercado, interferindo diretamente nas dinâmicas de sociabilidades já presentes nesses espaços. Esses novos usos forjam a imagem que se pretende da cidade, produzem um ideário de “espaços pacificados e domesticados”, criando, portanto, “espaços apolíticos” e harmônicos, sem conflitos, sem tensões.

Como destaca Scocuglia (2004 apud GONÇALVES, 2014, p.147):

Há uma espécie de redução do valor cultural ao valor econômico, uma fetichização da cultura. Porém parece haver uma outra dimensão do consumo presente no contexto de revitalização dos centros históricos que sugere a criação de significados culturais não apenas no ato simbólico de consumir, mas também como prática social de diferenciar estilos de vida, demarcar fronteiras e relações sociais.

---

<sup>3</sup> Este termo vem gerando diversos dissensos. Revitalizar é “dar vida”. E no campo do patrimônio, é o ato de recuperar áreas já degradadas. As políticas patrimoniais se apropriam, por vezes, deste conceito, para marginalizar as comunidades que vivem no entorno de bens tombados, ou, em processo de tombamento, ignorando assim a vida e os bens destas comunidades.

Essa higienização social passa, impreterivelmente, por discursos que criminalizam a pobreza, estigmatizam os segmentos sociais com menor poder aquisitivo, reduzem as suas relações com os espaços à práticas ilícitas e de violência. Justifica-se, através desses argumentos e desse estigma, a retirada das “comunidades marginalizadas” do local que deve ser patrimonializado. Ignora-se, é claro, as memórias e a história desses grupos.

## **HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Por muito tempo, a História tradicional se restringiu aos grandes feitos, aos grandes fatos e aos grandes heróis. Mesmo com os inúmeros avanços teóricos na área, essa memória institucionalizada presente em grande parte dos livros didáticos, dos projetos pedagógicos e do cotidiano escolar, ainda se pauta, por vezes, numa História factual. A História factual é elitista porque ignora e esconde os conflitos presentes nas formações e construções humanas, apresentando-se com uma descrição simplista e uniforme dos acontecimentos, e se distanciando cada vez mais da realidade e das demandas concretas dos educandos.

Os debates recentes no campo da historiografia evidenciam que a história local pode ser tida como uma ferramenta dentro das várias possibilidades da apreensão e do ensino da História. Essa valorização do cotidiano e da memória coletiva é fundamental para o processo de formação cidadã dos estudantes, aumentando assim a percepção que os mesmos têm da sua própria realidade, de seu lugar social e de seu papel no mundo.

Como aponta Fonseca (2009, p. 123):

Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re)construção das identidades individuais e coletivas, [...] fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no espaço local em que vivem como cidadãos críticos.

Tolentino (2013) ressalta que essas identidades coletivas fortalecem o sentimento de pertencimento, e de conseqüente preservação, que os indivíduos têm com o seu território, com o seu lugar, com os seus bens. Elas surgem em um processo contínuo de significações e experiências, e por isso tornam-se formas de afirmação:

As memórias constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade. (TOLENTINO, 2013, p.7).

Deve-se compreender, como aponta Moraes (2013, p.89), “a memória dos grupos como memória social”, como memória coletiva. “Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2006, p.170). “Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele”. (HALBWACHS, 2006, p.163).

A identidade e a memória desses grupos são referenciadas no artigo 216 da Constituição Federal que define como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Incluindo, entre outros, os modos de criar, fazer e viver; e as formas de expressão.

É visível que o conceito de “Patrimônio Cultural” não pode se restringir ao patrimônio de pedra e cal. Como bem explica Gilberto Gil (2008 apud FLORENCIO, 2012, p.26):

(...) pensar em patrimônio agora, é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital e todas as formas de espiritualidade da nossa gente. O intangível, o imaterial.

Os procedimentos de valorização e autorreconhecimento dessa memória social, desse patrimônio intangível, transita também pelo processo educacional, que é tido como um campo singular de confronto político, social e ideológico, como um instrumento de transformação, fundamental para estimular o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos detentores desses bens.

É por isso mesmo que os processos pedagógicos que envolvem o patrimônio não podem ser colocados em prática de maneira acrítica. Como bem aponta Tolentino (s/d), algumas falácias sobre o que é educação patrimonial precisam ser discutidas e superadas, para que ela exista de maneira democrática. É preciso entendê-la como um processo e, para tanto, levar em consideração as especificidades de cada grupo, de cada contexto. Por isso mesmo, a educação patrimonial não pode ser vista como um mecanismo de alfabetização cultural pelo qual se leva a luz do conhecimento para a população

A educação patrimonial é, portanto, fundamental para a construção dialógica, ativa e coletiva que busca e promove a participação democrática das comunidades nos processos que as envolvem, através do fortalecimento de sua identidade.

## **HISTÓRIA E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM**

A comunidade do Porto do Capim, que também abrange as áreas da Vila Nassau, da Frei Vital, e do Curtume, vive bem no centro de João Pessoa, às margens do rio Sanhauá, no bairro do Varadouro. Este lugar é consagrado por ter sido o berço, a região onde a atual capital paraibana nasceu, e por hoje ser um dos grandes alvos das políticas públicas focadas na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade, políticas públicas estas que reduzem, por vezes, a concepção de patrimônio ao feito de pedra e cal.

Com a chegada dos portugueses em João Pessoa em 1585, que na época recebeu o nome de Nossa Senhora das Neves, o desenvolvimento aconteceu na “Cidade Baixa” através da criação do Porto, que ficou conhecido como Porto do Capim (utilizado principalmente para a exportação de açúcar), e do estabelecimento de uma área comercial ao redor deste porto.

A transferência das atividades portuárias para Cabedelo, em 1935, e a “corrida para o mar” trasladou o desenvolvimento comercial em direção à “Cidade Alta”, e a área do Porto do Capim entrou, assim, em processo de abandono por parte do poder público e de consequente degradação socioeconômica.

Como mencionado no Relatório Técnico Multidisciplinar - Comunidade Porto do Capim, é importante salientar que, além da existência dos cais de longo curso e de cabotagem, desativados definitivamente em 1935, o cais estuarino, caracterizado pela existência de vários trapiches e consequentemente, de vários trabalhadores também se fazia presente nas margens do Rio Paraíba:

O Porto do Capim que ainda hoje existe representa, portanto, a continuidade de uma cultura ribeirinha (tradição) que articulava e continua a articular as margens do Rio Paraíba (Lucena, Guia, Forte Velho, Ribeira de Baixo e de Cima, Jacaré, Volta, Jaburú, Carapeba, Gargaú, Livramento, Mandacarú e inúmeras ilhas, entre elas Restinga, Mesquita, Stuart, Portinho e Ilha das Cabras), inclusive a jusante, num constante ir e vir não apenas de mercadorias, mas de pessoas e de seus saberes. (GONÇALVES. et al, 2015, p.7)

O Relatório aponta que a comunidade do Porto do Capim tem suas origens constituídas justamente pelas famílias dos trabalhadores que ficaram desempregados com o encerramento das atividades comerciais da área; pelas famílias de outros trabalhadores e pelos pescadores que sempre viveram do mangue e do rio:

Assim, as pessoas que constituem a comunidade do Porto do Capim dão continuidade a uma tradição ancestral que sempre existiu na área. A partir dos anos 1940, depois que o porto comercial se transferiu para Cabedelo (em 1935), as suas instalações abandonadas foram paulatinamente ocupadas por famílias de trabalhadores que, em grande parte, já tinham vínculos com o lugar. A relação atual dessa **comunidade com o rio e com esse território – que expandiu ao longo do tempo – é uma expressão cultural das mais importantes e mais antigas da cidade de João Pessoa e que, portanto, em vez de ser destruída, deve ser preservada.** (GONÇALVES. et al, 2015, p.8, grifo do autor)

Como aponta Halbwachs (2006, p.159) “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo”. Outros traços da comunidade apontam continuidades em suas vivências e em seus “modos de fazer”. As relações de parentesco e de vizinhança entre os moradores, e as várias gerações das famílias que, mesmo com o passar do tempo, continuam na comunidade, preservando assim os seus laços com o território ocupado há mais de 70 anos. As práticas culturais envolvendo o ambiente que se realizam através da pesca e da coleta de mariscos e caranguejos; dos banhos de rio e dos passeios na “croá”; do saber e da instrução em construir os barcos e as redes de pesca, manifestados principalmente na figura de “Seo Cosminho”, cidadão altamente (re)conhecido na comunidade; da crença e do reconhecimento — tanto por parte das crianças quanto dos adultos — do Pai do Mangue e da Cumadre Fulorzinha como entidades que protegem e cuidam do lugar.

Além, é claro, das datas festivas que atravessam os anos na comunidade. Como os blocos carnavalescos; a procissão de Nossa Senhora da Conceição, que tem seu início na Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, com um café-da-manhã compartilhado, percorre toda a comunidade e vai, através da procissão fluvial, até a chamada lha da Santa, onde é realizada a missa; o Arraiá do Porto, festejado sempre no mês de Sant’Ana; e o Porto do Capim em Ação, iniciativa da Associação das Mulheres do Porto do Capim com apoio de várias entidades da sociedade civil, como, por exemplo, o Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa.

Os moradores, além de enfrentar o descaso e o “esquecimento” por parte dos poderes públicos, que não dão aos mesmos condições imprescindíveis de sobrevivência, como saneamento básico e unidade do Programa de Saúde da Família (PSF), ainda vivem cotidianamente lutando pela permanência em seu local de origem e pela preservação de suas referências culturais, defrontando-se, como aponta Gonçalves (2014), desde 1997, com projetos de intervenção institucional que ignoram a história e a tradicionalidade da comunidade:

Sob o discurso de se reestabelecer o “vínculo entre o rio e a cidade” e sob a suposição de que a área possui uma inegável “vocação para porto” corre-se o risco de transformar um espaço cheio de vida, uma das poucas áreas do centro histórico que apresenta uma função habitacional, em um espaço vazio e árido, que esporadicamente receberá visitas de um público interessado em desfrutar de atividades de lazer, às custas de recursos financeiros exorbitantes [...] Estes recursos poderiam ser utilizados na requalificação da área através da viabilização de infraestrutura necessária garantir melhores condições de habitabilidade para a população que vive ali e que também faz parte da história de formação da cidade, aliadas à estratégias de desenvolvimento de turismo comunitário e recuperação ambiental e reconhecimento das referências culturais historicamente construídas pelos moradores locais. (GONÇALVES, 2014, p.127).

Halbwachs (2006, p.165) sabiamente afirmou que “perder seu lugar no canto de tal rua, à sombra de tal muro ou de tal igreja seria perder o apoio de uma tradição que os protege, sua única razão de ser”. Como já mencionado, a “razão de ser” e a memória coletiva de determinados grupos acontecem essencialmente em um contexto espacial (HALBWACHS, 2006). Esse argumento é comprovado quando se analisa as falas de Rossana Holanda, moradora da comunidade e integrante da Associação das Mulheres do Porto do Capim, em entrevista realizada com a Comissão Porto do Capim em Ação no ano 2013:

Eu não quero a comunidade saia daqui, porque eu acredito, como a maioria dos moradores que tem uma relação com a comunidade de pertencimento né. De achar que cada cantinho foi moldado do jeito que a gente queria. Então tem essa relação de pertencimento, de achar que cada beco e cada casa é sua! Porque querendo ou não lhe pertence, foi você que construiu! Então é isso, pra não destruir a relação dos moradores, pra não estragar as atividades culturais e até mesmo para não enterrar a história dos moradores que até hoje aqui vivem. Mais de 60 anos. Eu sou nascida e criada aqui, faz 22 anos. (In: GONÇALVES, 2014, p.117)

A comunidade hoje não tá precisando dessa revitalização, precisa-se de requalificação das casas, das ruas, a gente tem consciência de que tem alguns moradores vivendo em área de risco e eles também têm essa consciência de que estão morando em área de risco e que precisam sair. Então, não estamos precisando de vida. Porque tá cheio de vida, porto do capim pulsa vida. (In: GONÇALVES, 2014, p.128)

## **O SUBINDO A LADEIRA**

O Projeto Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial e Ensino de História no Varadouro (João Pessoa-PB), é desenvolvido pelo Programa de Bolsas de Extensão da UFPB (PROBEX), em parceria com a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, além de ser integrante do Programa de Extensão (PROEXT) “Requalificação urbana, ambiental e patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa-PB”.

É uma proposta interdisciplinar dos Departamentos de História e de Teatro, que tem suas atividades voltadas para (construídas com) as crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos, residentes na comunidade do Porto do Capim, incluindo Vila Nassau, Frei Vital e Curtume. Tem como objetivo o fortalecimento de uma perspectiva cidadã, da identidade local; do reconhecimento por parte das crianças (e, por extensão, de toda a comunidade) de sua posição intrínseca de protagonista da História.

As ações são voltadas para o ensino de história local e para a educação patrimonial através das diversas linguagens artísticas. As atividades educacionais do projeto têm como base estrutural a linguagem radiofônica bem como a do teatro, da música, das artes visuais e da contação de histórias em diálogo com os conceitos de Paulo Freire, Viola Spolin e Augusto Boal.

Freire sabiamente defende o compartilhamento de saberes; quebra a hierarquia entre o conhecimento científico e o popular, bem como entre o educador e o educando. Sua pedagogia é pautada nas noções de conscientização e de organização política e social. Vale acrescentar que o "conhecimento acadêmico" não é tratado, neste projeto, com superioridade em relação aos saberes populares. A consciência histórica não se limita assim aos grandes intelectuais e aos muros universitários, esse conhecimento tem que se aproximar e ser construído com, e ao lado das camadas sociais menos favorecidas para que exista uma correlação e uma reparação nos erros históricos.

Os jogos teatrais de Spolin, têm como fundamento a compreensão de que o fazer artístico é destinado a todas as pessoas, desmitificando a ideia de que o mesmo é algo exclusivo do profissional e mostrando que além do aspecto intelectual, a experiência criativa também envolve o físico e o intuitivo. Augusto Boal traz a concepção do chamado "teatro do

oprimido" que valoriza a democratização do acesso e da produção teatral e vê o teatro como um mecanismo para a organização social e para defesa dos direitos das camadas sociais menos favorecidas. Essas contribuições teórico-metodológicas andam lado a lado com a concepção de educação patrimonial como um processo dinâmico para a conquista da cidadania plena.

O Subindo a Ladeira, ao longo de seu contato com a comunidade do Porto do Capim tem mostrado através dos experimentos cênicos já realizados – Vida de Menino (2011), Sanhauá: Um Rio de Histórias (2012) e Pare, Olhe, Escute! Aqui tem gente! (2013) – a importância de abordar as temáticas presentes na tradição local.

As disputas territoriais entre os povos Potiguaras e Cariris; a chegada dos portugueses no território ocupado pela comunidade do Porto do Capim; o encontro entre os índios e os brancos; o nascimento da cidade de João Pessoa; a preservação do Rio Sanhauá; o contato com a natureza e as figuras míticas que vivem no imaginário popular; são eixos fundamentais das atividades com as crianças.

Baseando-se nesses eixos para trabalhar o ensino de história e a educação patrimonial, a equipe realizou, no primeiro semestre de 2015, oficinas internas para que os voluntários e os extensionistas pudessem se familiarizar com as diversas linguagens artísticas e narrativas históricas. Nessas oficinas, a equipe pôde entrar em contato com os jogos teatrais de Viola Spolin; com as noções de consciência corporal, de coordenação vocal, de instrumentalização de equipamentos e do corpo; bem como, com as bases históricas que fundamentam o projeto e a luta da comunidade.

Já as oficinas com as crianças começaram no segundo semestre do ano, acontecendo semanalmente às sextas-feiras, tanto no turno da manhã quanto no da tarde, para não interferir no horário escolar das crianças; e mensalmente aos sábados, para abranger as duas turmas e proporcionar a interação de todas as crianças participantes do projeto.

Neste último ano de 2015 a equipe<sup>4</sup> voltou-se para o fortalecimento do contato entre as crianças e a linguagem radiofônica. Foram criadas vinhetas, bem como contações de histórias e o experimento final aconteceu com a gravação dos materiais adaptados para a nova linguagem.

Essa nova demanda, que se configurou no contato com a linguagem radiofônica, se fez necessária para ajudar no processo de efetivação da rádio comunitária, bem como, fortalecer a participação das crianças nesse processo de protagonismo e de luta.

Em virtude da luta de anos dos moradores, da Associação de Mulheres e do apoio da Universidade Federal da Paraíba, de outras instituições e movimentos independentes, a abertura do diálogo entre a prefeitura e a comunidade sobre o "Novo Porto do Capim" vem sendo conquistada através da intermediação do Ministério Público Federal. Esse fato aumentou ainda mais a necessidade de comunicação entre todas as pessoas do Porto. Pensando nessa necessidade e enxergando a rádio comunitária como um instrumento de identidade local e de protagonismo dos moradores, o Subindo a Ladeira adaptou todos os

---

<sup>4</sup>Integrantes do Subindo a Ladeira no ano de 2015:

- Cássio Geovani da Silva - História (Licenciatura);
- Cauê Oliveira de Melo - História (Licenciatura);
- Cláudia Cristina do Lago Borges - Docente no Departamento de História da UFPB;
- Cecília Patrícia Retamoza Velez - Graduada em Teatro (UFPB) e mestranda em Artes Cênicas (UFBA);
- Diógenes Ferraz Barboza Netto - Rádio e Tv;
- Erick de Almeida Bezerra - Superior Em Música Popular, Modalidade Sequencial de Formação Específica;
- Hermes Augusto Almeida - História (Licenciatura);
- Kelly Kristine Emery de Almeida Lopes - História (Licenciatura);
- Letícia Helen Silva Teles - História (Licenciatura);
- Poliana Ramos Rodrigues das Neves - História (Licenciatura);
- Regina Célia Gonçalves - Docente no Departamento de História da UFPB.

suportes teórico-metodológicos utilizados nos anos anteriores para a linguagem radiofônica, mantendo sempre a preocupação em conciliar os conceitos históricos e teóricos com o mundo e o cotidiano das crianças da comunidade do Porto do Capim.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se nos últimos tempos uma crescente participação da comunidade nos processos de resistência pelo direito de permanecer no território que ocupa há gerações. A participação se estabelece tanto no campo jurídico quanto no político-social. Esse processo é fruto do fortalecimento da identidade local e comunitária que ocorre por diversos fatores. Sem dúvida alguma, o Subindo a Ladeira tem contribuído, através de suas práticas político-pedagógicas, para o empoderamento da comunidade e para o envolvimento ativo das pessoas do Porto do Capim nos espaços e assuntos que as envolve, lutando, assim, pelo cumprimento da tão sonhada democracia participativa.

## REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Juciene R. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2). p. 56-65.

BRAGA, Emanuel Oliveira.; MORAES, Carla Gisele M. S. M.; Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/PB. No prelo.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FLORÊNCIO, Sônia R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2). p. 22-29.

FONSECA, Selva Guimarães. O estudo a história local e do cotidiano. In: **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. p. 113-138.

GONÇALVES, Helena Tavares. **O porto e a casa: dinâmicas de transformação dos usos dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa/PB**. Dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro/RJ: Copedoc/Iphan, 2014.

GONÇALVES, Regina Célia. et al. Histórico da Comunidade do Porto do Capim, tradicionalidade da ocupação e importância para o patrimônio histórico. In: **Relatório Técnico Multidisciplinar - Comunidade Porto do Capim**. João Pessoa: PROEXT/UFPB, 2015. p. 04-12.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. p. 157-189.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação Patrimonial: reflexões e**

práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2). p. 14-21.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação, memórias e identidades: enlaces e cruzamentos. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). **Educação Patrimonial:** educação, memórias e identidades. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2013. (Caderno Temático 3). p. 06-09.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação Patrimonial:** Políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba. No prelo. (Caderno Temático 5).